

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [339ª Reunião Extraordinária](#)
 - 1.2- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
 - 3- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 4- [ERRATAS](#)
-
-

ATAS

**ATA DA 339ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 1994**

Presidência dos Deputados José Ferraz e José Militão

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Discussão e votação de pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.193/94; aprovação - Transformação da reunião pública em secreta - Suspensão e reabertura da reunião - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Elmiro Nascimento - José Militão - Rêmoló Aloise - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Bené Guedes - Sebastião Helvécio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Antônio Carlos Pereira - Antônio Fuzatto - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Célio de Oliveira - Cossimo Freitas - Dílzon Melo - Eduardo Brás - Elisa Alves - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Ivo José - Jaime Martins - João Batista - João Marques - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Laviola - José Leandro - José Maria Pinto - José Renato - Marcelo Cecé - Márcio Miranda - Maria Elvira - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Péricles Ferreira - Raul Messias - Reinaldo Lima - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

O Sr. Presidente (Deputado José Militão) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- **O Deputado Bené Guedes**, 3º-Secretário nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.193/94, de autoria do Governador do Estado, que fixa o valor do soldo da PMMG, altera os símbolos dos cargos de provimento em comissão de direção superior e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Transformação da Reunião Pública em Secreta

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 3º do art. 38 do Regimento

Interno, interrompe a reunião pública para transformá-la em secreta.

Suspensão e Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 38 do Regimento Interno, a Presidência suspende a reunião, para que se retirem do Plenário, das galerias e das dependências contíguas as pessoas estranhas ao trabalho, inclusive os servidores da Secretaria da Assembléia. Estão suspensos os nossos trabalhos. (- Pausa.) Estão reabertos os trabalhos.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência verificando, de plano, a inexistência de "quorum" para a votação da matéria constante na pauta, encerra a reunião e convoca os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 28, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DE MEIO AMBIENTE

Às onze horas do dia cinco de abril de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ibrahim Jacob, Gilmar Machado e Maria Elvira (substituindo esta ao Deputado Mauri Torres, por indicação da Bancada do PMDB), membros da Comissão de Ciência e Tecnologia; e Ivo José, Maria Elvira e Francisco Ramalho (substituindo este ao Deputado Ronaldo Vasconcellos, por indicação da Liderança do BRD), membros da Comissão de Meio Ambiente. Havendo número regimental e verificada a presença dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Carlos Pereira, Raul Messias e Márcio Miranda, o Presidente, Deputado Ibrahim Jacob, declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião se destina a ouvir os professores Edmar Chartoni, Diretor do Departamento de Genética da UFMG, José Maria Toledo, Diretor do Departamento de Comunicação, e Ana Boneti, do Departamento de Biociências, ambos da Universidade Federal de Uberlândia, que irão discorrer sobre o tema da 1ª Reunião Especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC: O Cerrado e o Século XXI. Em seguida, o Presidente comunica que os professores José Maria Toledo e Ana Boneti são representados pelas professoras Marlene de Muno Colesanti e Sueli Dell Grossi e convida os presentes a tomar assento à mesa. A Presidência registra o não-comparecimento do Professor Edmar Chartoni. Prosseguindo, passa a palavra ao Deputado Gilmar Machado, autor do requerimento que motivou o convite, que tece considerações sobre o matéria. Em seguida, concede a palavra às convidadas, que fazem exposição sobre o assunto. Após as explanações, o Presidente abre a discussão. É realizado amplo debate entre as expositoras e os parlamentares, conforme consta nas notas taquigráficas. Às 11h47min, o Deputado Ibrahim Jacob ausenta-se da reunião e passa a Presidência dos trabalhos ao Deputado Ivo José. Em seguida, o Deputado Ivo José concede novamente a palavra às professoras, para que façam suas considerações finais. A seguir, o Presidente suspende a reunião por 5 minutos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, O Presidente solicita ao Deputado Francisco Ramalho que proceda à leitura da ata da reunião, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião e nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, das convidadas e dos demais representantes e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 1994.

Ibrahim Jacob, Presidente - Gilmar Machado - Maria Elvira - Ivo José - Francisco Ramalho - Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Às dezesseis horas e quinze minutos do dia treze de abril de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José e Célio de Oliveira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Gilmar Machado, Célio de Oliveira e Geraldo Rezende (os dois últimos substituindo, respectivamente, aos Deputados Ibrahim Jacob e Mauri Torres, por indicação da Liderança do BRD), membros da Comissão de Ciência e Tecnologia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara abertos os trabalhos e informa que não há ata a ser lida, por ser esta a primeira reunião conjunta das Comissões supracitadas. Em seguida, o Presidente passa à 2ª parte da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia: designa o Deputado Ermano Batista relator, na Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 1.960/94, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre o Conselho de Coordenação Cartográfica - CONCAR - e dá outras providências, e esclarece que o Deputado Gilmar Machado é o relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, conforme o disposto no § 1º

do art. 135 do Regimento Interno. Com a palavra, o Deputado Ermano Batista faz a leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. Logo após, o Deputado Gilmar Machado faz a leitura de seu parecer, no qual conclui pela aprovação do projeto com as Emendas n°s 1 e 2. Neste momento, registra-se a presença do Deputado Ibrahim Jacob. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia. A seguir, a Presidência suspende a reunião por 5 minutos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Ivo José que proceda à leitura da ata da reunião, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 1994.

Antônio Júlio, Presidente - Ermano Batista - Geraldo Rezende - Antônio Pinheiro - Ivo José - Célio de Oliveira - Gilmar Machado.

ATA DA 7ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dezesseis horas e quinze minutos do dia nove de julho de mil novecentos e noventa e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Carvalho, José Ferraz (substituindo este à Deputada Elisa Alves, por indicação da Liderança do PRS), Anderson Adauto (substituindo este ao Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do PMDB) e Adelmo Carneiro Leão, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Sebastião Helvécio (substituindo o Deputado Paulo Pettersen, por indicação da Liderança do PMDB), Adelmo Carneiro Leão (substituindo o Deputado Ivo José, por indicação da Liderança do PT) e Roberto Luiz Soares, membros da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária; e Álvaro Antônio, José Laviola, Rêmoló Aloise, Custódio Mattos, Roberto Amaral e Jaime Martins, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Carvalho, declara abertos os trabalhos e, em seguida, suspende a reunião, determinando a sua reabertura às 19h30min. Às 19h40min, devido à falta de energia elétrica na Casa, o Presidente decide prorrogar a abertura da reunião até as 20h30min. Às 20h30min, com a presença dos Deputados Paulo Carvalho, José Ferraz (substituindo este à Deputada Elisa Alves, por indicação da Liderança do PRS), Mauri Torres (substituindo o Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do PMDB), Adelmo Carneiro Leão e Milton Salles, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Roberto Carvalho (substituindo o Deputado Ivo José, por indicação da Liderança do PT), Antônio Júlio, Rêmoló Aloise (substituindo este ao Deputado Paulo Pettersen, por indicação da Liderança do PMDB), Roberto Luiz Soares e Aílton Vilela, membros da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária; e José Ferraz, José Laviola, Rêmoló Aloise, Roberto Carvalho (substituindo este ao Deputado Antônio Carlos Pereira, por indicação da Liderança do PT), Custódio Mattos, Roberto Amaral e Jaime Martins, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o Presidente declara reabertos os trabalhos e solicita ao Deputado Rêmoló Aloise que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que continua em discussão o parecer para o 1º turno do relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Custódio Mattos, do Projeto de Lei n° 886/92, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a Minas Gerais Participações S. A. - MGI - a celebrar acordo judicial com a Mendes Júnior S. A. e dá outras providências. Com a palavra, o Deputado Custódio Mattos tece considerações sobre o projeto e solicita a retirada de seu parecer anterior, substituindo-o por outro, o qual é lido. Ao final, conclui pela aprovação do Projeto de Lei na forma do Substitutivo n° 1, que apresenta. A Presidência alerta os membros presentes que irá aplicar os dispositivos constantes nos §§ 2º e 3º do art. 137 do Regimento Interno na discussão do parecer em questão, devido ao término do prazo regimental para apreciação da matéria pelas comissões responsáveis. Registra-se, nesta oportunidade, a presença dos Deputados Elisa Alves, Bonifácio Mourão e Wilson Pires, membros das comissões reunidas, que passam a participar dos trabalhos. Também é registrada a presença dos Deputados Sebastião Costa, Sebastião Helvécio, Jorge Eduardo, Cássimo Freitas, João Marques, Célio de Oliveira, Maria Olívia, Tarcísio Henriques, Raul Messias, Maria José Haueisen e Ibrahim Jacob. O parecer é colocado em discussão, oportunidade em que fazem uso da palavra os Deputados Roberto Carvalho, Custódio Mattos, Adelmo Carneiro Leão, José Bonifácio, Raul Messias, Roberto Luiz Soares, José Ferraz e Milton Salles. Durante a discussão, o Deputado Roberto Carvalho apresenta requerimento, em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei n° 886/92 para agosto de 1992. A Presidência decide, então, não colocar em votação o citado requerimento e justifica a decisão informando que o prazo para as comissões apreciarem a matéria já se esgotou e que o Deputado Roberto Carvalho poderá apresentar o requerimento ao Plenário da Casa. Colocado em votação, todos os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com

exceção do Deputado Roberto Carvalho, votam a favor do parecer do relator, o qual é aprovado. A seguir, o Presidente suspende a reunião por 5 minutos para a lavratura da ata e, reabertos os trabalhos, solicita ao Deputado Roberto Amaral que proceda à sua leitura. Lida e aprovada, a ata é subscrita pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 1992.

Paulo Carvalho, Presidente - José Ferraz - Anderson Adauto - Adelmo Carneiro Leão - Sebastião Helvécio - Roberto Luiz Soares - Álvaro Antônio - José Laviola - Rêmolo Aloise - Custódio Mattos - Roberto Amaral - Jaime Martins.

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA E DE MEIO AMBIENTE

Às quinze horas do dia sete de outubro de mil novecentos e noventa e três, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brás, Aílton Vilela e Roberto Luiz Soares, membros da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária; e Ronaldo Vasconcellos, Ivo José e Maria Elvira, membros da Comissão de Meio Ambiente. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brás, declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião tem por finalidade ouvir os convidados Srs. Roberto Eustáquio Righi, Vice-Prefeito e Secretário de Meio Ambiente de Ibitité, representando o Sr. Paulo Teles, Prefeito Municipal do referido Município; Élcio Azalini Mascimo, Técnico da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM -, representante do Presidente da citada Fundação, Sr. Roberto Messias Franco; Luiz da Silva Filho, representante do Coordenador-Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG -, Carlos Von Sperling e Márcio Lobo Leite, representantes da Empresa Mineral do Brasil. Em seguida, solicita ao Deputado Ronaldo Vasconcellos que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Logo após, a Presidência acusa o recebimento de correspondência encaminhada às Comissões de Política Energética, Hídrica e Minerária e de Meio Ambiente pela CEMIG, convidando seus membros para participarem da visita à usina hidrelétrica do Município de Nova Ponte, e designa os Deputados Ronaldo Vasconcellos e Aílton Vilela para representarem as Comissões no evento. Prosseguindo, o Presidente informa aos Deputados que no próximo dia 14/10, quinta-feira, às 9h30min, as Comissões de Meio Ambiente, de Política Energética, Hídrica e Minerária e de Ciência e Tecnologia vão se reunir no Espaço Cultural da Casa para discutirem a revisão constitucional. Logo após, o Presidente, autor do requerimento que motivou o convite aos convidados mencionados, tece considerações sobre o tema e passa a palavra às autoridades, que, cada uma por sua vez, fazem exposição a respeito da possível ocorrência de poluição de mananciais existentes no Município de Ibitité, no qual se pretende instalar a Empresa Mineral do Brasil. Às 16h20min, registra-se a presença do Deputado Marcos Helênio. Após as exposições, o Presidente passa a palavra aos convidados e parlamentares, e abre-se amplo debate, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerra-se a discussão, e o Presidente suspende a reunião por 5 minutos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Ronaldo Vasconcellos que proceda à leitura da ata da reunião, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Em seguida, agradece a presença dos expositores e dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 1993.

Eduardo Brás, Presidente - Ronaldo Vasconcellos - Ivo José - Maria Elvira - Aílton Vilela - Roberto Luiz Soares.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, DE MEIO AMBIENTE E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatorze de outubro de mil novecentos e noventa e três, comparecem no Espaço Político-Cultural os Deputados Eduardo Brás, José Maria Pinto e Aílton Vilela, membros da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária; Ivo José, Miguel Barbosa e Maria Elvira, membros da Comissão de Meio Ambiente; Ivo José (substituindo o Deputado Gilmar Machado, por indicação da Liderança do PT), Edward Abreu e Aílton Vilela (este substituindo ao Deputado Roberto Luiz Soares, por indicação da Liderança do PPR) membros da Comissão de Ciência e Tecnologia. Está presente, também, o Deputado Cléuber Carneiro. O Presidente, Deputado Eduardo Brás, declara abertos os trabalhos e comunica que não há ata a ser lida, por ser esta a primeira reunião conjunta das Comissões supracitadas. Prosseguindo, informa que a reunião tem por finalidade o debate, em audiência pública, do tema política minerária tendo em vista a revisão constitucional, e o recebimento de sugestões para serem encaminhadas ao Congresso Nacional. Logo após, convida para tomarem assento à mesa o Sr. Delfim Ribeiro, Delegado da Delegacia do Ministério das Minas e Energia em Minas Gerais; os expositores, Srs. José Mendo Mizael de Souza, Secretário Executivo do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM -, Rubélio Queiroz, representante do Secretário de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, e Luiz Alberto Rodrigues; e os debatedores, Srs. Arnaldo Carvalho

Gramani, Presidente da Associação Brasileira de Profissionais da Mineração - APROMIM -, e Cláudio Scliar, Diretor do Instituto de Geociências da UFMG. Em seguida, designa para coordenador dos trabalhos o Deputado Clêuber Carneiro, que aborda assuntos pertinentes à revisão constitucional, relacionados com a política minerária, e concede a palavra aos convidados. Pela ordem, manifestam-se sobre o mencionado tema os Srs. José Mendo Mizael de Souza, Rubélio Queiroz, Arnaldo Carvalho Gramani e Cláudio Scliar. Após, abre-se debate entre os integrantes da Mesa e os demais participantes, e, conforme constam nas notas taquigráficas, ao final, são levantadas questões para serem analisadas na revisão constitucional. A seguir, o Presidente suspende a reunião por 5 minutos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, a Presidência solicita ao Deputado José Maria Pinto que proceda à leitura da ata da reunião, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos convidados e dos Deputados e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1993.

Eduardo Brás, Presidente - José Maria Pinto - Aílton Vilela - Ivo José - Miguel Barbosa - Maria Elvira - Edward Abreu.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de novembro de mil novecentos e noventa e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Elisa Alves, Ermano Batista, Wilson Pires e Tarcísio Henriques, membros da Comissão de Constituição e Justiça; e Ivo José, Roberto Luiz Soares e Tarcísio Henriques (substituindo este ao Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara abertos os trabalhos e informa que não há ata a ser lida, uma vez que esta é a primeira reunião conjunta das referidas Comissões. Encerrada a primeira parte dos trabalhos, a Presidência passa à segunda parte da reunião, esclarecendo que a finalidade dela é apreciar, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.120/92, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre a Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG. Com a palavra, o Deputado Wilson Pires, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, faz a leitura do parecer, o qual conclui pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade do projeto. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente passa a palavra ao Deputado Roberto Luiz Soares, relator na Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária, que faz a leitura do seu parecer, o qual conclui pela aprovação da proposição. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente suspende a reunião por 5 minutos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Wilson Pires que proceda à leitura da ata da reunião, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1992.

Ivo José, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Elisa Alves - Ermano Batista - Wilson Pires - Tarcísio Henriques - Roberto Luiz Soares.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de dezembro de mil novecentos e noventa e três, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brás, Aílton Vilela e Hely Tarquínio, membros da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária; Célio de Oliveira, Baldonado Napoleão, Jorge Eduardo e Jorge Hannas (os dois últimos substituindo, respectivamente, aos Deputados José Renato e Jaime Martins, por indicação da Liderança do BRD), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brás, declara abertos os trabalhos e esclarece aos membros que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta destas Comissões. A Presidência informa que a finalidade da reunião é apreciar, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.615/93, de autoria do Governador do Estado, que cria o Fundo de Desenvolvimento Mineral-Metalúrgico - FDMM - e dá outras providências. Tendo os relatores sido anteriormente designados, a Presidência concede a palavra ao Deputado Aílton Vilela, relator na Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária. Ele emite o seu parecer, que conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Na fase de discussão do parecer, o Deputado Hely Tarquínio apresenta as Emendas nºs 2 e 3. Encerra-se a discussão. O Presidente coloca em votação, primeiramente, o parecer do relator, salvo emendas, o qual é aprovado. Colocadas em votação, cada uma por sua vez, são as emendas aprovadas. A Presidência pergunta ao relator se ele concorda com as emendas aprovadas, ao que ele responde sim. A Presidência suspende a reunião por 15 minutos para elaboração da nova redação do parecer. Reabertos os trabalhos, o Presidente passa a palavra ao relator, que procede

à leitura da nova redação do parecer, que, após a votação, é aprovado. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Deputado Baldonado Napoleão, relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e nºs 2 e 3, da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. A seguir, o Presidente suspende a reunião por 5 minutos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Hely Tarquínio que proceda à leitura da ata da reunião, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1993.

Eduardo Brás, Presidente - Aílton Vilela - Hely Tarquínio - Célio de Oliveira - Jorge Eduardo - Jorge Hannas.

PRONUNCIAMENTOS RELIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

613ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 20/12/94

O Deputado Antônio Pinheiro - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é com satisfação que venho a esta tribuna para falar a respeito da Legião Brasileira de Assistência em Minas Gerais - LBA-MG.

Acompanho de perto, desde sua posse, o trabalho da atual Superintendência da LBA-MG e me sinto no dever de destacá-la como criteriosa e digna de ser apontada como modelar.

Há dezoito meses, iniciava-se na Superintendência da LBA-MG, uma administração preparada para traçar novos caminhos na vida de uma instituição que estava praticamente aniquilada por uma avalanche de denúncias.

O abalo provocado na tradição e na estrutura de meio século de assistência social à população carente, na realidade, trouxe à tona a necessidade de mudanças. Mudanças já previstas na Constituição Federal, mas não implementadas.

O campo estava aberto para uma grande batalha, em que as principais bandeiras de luta se concentrariam no esforço pela democratização do órgão, na priorização da qualidade do atendimento e na busca da conduta ética no trato do bem público.

A nova administração assumia a Superintendência da LBA-MG com a clareza de que as mudanças se faziam urgentes.

Foi então deslanchado o processo da municipalização da assistência social, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. A coragem e a obstinação em resgatar a credibilidade e o trabalho cinquentenário de uma instituição como a LBA promoveram investidas ousadas e parcerias inusitadas na administração pública. Entrava em ação uma nova orientação administrativa que muito exigiu de todos e muito impressionou os que dela participaram, direta ou indiretamente.

O enxugamento da estrutura do órgão permitiu a percepção da seriedade e da coragem que respaldariam todas as outras iniciativas que se seguiram. Foram desativadas trinta e cinco unidades descentralizadas, que não atendiam a critérios de prioridades geográficos ou técnicos. Isto significou a extinção de 64% dos cargos comissionados e a racionalização do trabalho da Superintendência. Cento e quarenta servidores foram redistribuídos para o Sistema Unificado de Saúde - SUS - reforçando a área de saúde do Estado.

Quatro centros sociais, cujos imóveis pertenciam à LBA, foram repassados à Prefeitura de Belo Horizonte para execução de ações sociais.

Bens móveis e veículos foram repassados às Prefeituras, às associações comunitárias e a entidades.

Os contatos e as parcerias emergiam com a força de uma interação consistente. Por meio de um encontro com os Bispos da Regional Leste II da CNBB e de uma visita do Presidente daquela entidade, Dom Luciano Mendes, à sede da LBA-MG, foi possível expor as pretensões de um trabalho integrado entre a LBA e a CNBB, por intermédio das dioceses, em prol de uma assistência social digna às classes menos favorecidas.

Um acordo técnico foi assinado com a Secretaria da Saúde para permitir a aquisição de aparelhos de órtese e prótese e o acompanhamento aos beneficiados de todo o Estado, por essa Secretaria, deixando a LBA de prestar atendimento social individualizado.

Para se atingirem com rapidez e eficiência os 756 municípios mineiros na divulgação da LOAS, foi estabelecido um trabalho de parceria com o Programa Permanente de Desenvolvimento Municipal - PRODEMU - por meio das 37 associações microrregionais de municípios.

Foi criado o Grupo Interinstitucional, composto pela LBA, pela Secretaria do

Trabalho e pela Secretaria de Assuntos Municipais, para implementação da LOAS no Estado. Um trabalho que envolveu prefeitos, vereadores, associações, organizações não governamentais, lideranças comunitárias, entidades e órgãos ligados à área de assistência social.

Hoje, todos os municípios já estão orientados e em processo de implementação do conselho, do fundo e do Plano Municipal de Assistência Social.

Entende a administração da LBA-MG que só com o fortalecimento do poder local poderá haver a retomada da democracia e da cidadania em nosso País.

O novo rumo dado à LBA em Minas Gerais conquistou a confiança de todos e, sempre dentro da perspectiva de fortalecer o trabalho em parcerias, a LBA passou a participar ativamente de ações abrangentes, como o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Pacto da Saúde, da Campanha Contra a Fome e a Miséria e da Câmara de Proteção ao Trabalho do Menor Adolescente, entre outras.

Além dos 1.500 convênios mantidos com entidades de assistência ao menor em creche, ao portador de deficiência e ao idoso, a LBA-MG tem um trabalho permanente de assessoramento e orientação no planejamento de projetos e na realização de treinamentos de capacitação de recursos humanos junto a entidades e prefeituras.

Uma nova metodologia de fazer política social imprime em Minas Gerais mais ação, redefinição de objetivos e responsabilidades. Busca-se descaracterizar o assistencialismo da assistência social, tornando-a política pública, que é dever do Estado e direito do cidadão.

A proposta da LBA-MG é desenvolver a assistência social de forma integrada a outras políticas públicas, com programas que possibilitem a incorporação do povo aos sistemas produtivos e de consumo como sujeito na construção de uma sociedade mais justa.

Toda essa transformação na história da assistência social em Minas teve à frente a liderança da Superintendente, Profa. Maria do Carmo Menicucci.

Parabenizamos a Superintendente e toda sua equipe, por nos permitirem este testemunho de reconhecimento à seriedade e à integridade com que estão conduzindo as ações da LBA em Minas Gerais, renovando o conceito da assistência social para fazer valer o direito à cidadania com dignidade.

O Deputado Baldonado Napoleão - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo rapidamente esta tribuna para manifestar a minha satisfação pela tramitação hoje, em Plenário, de muitas matérias importantes. Gostaria de manifestar-me sobre duas delas, que estão na pauta. Uma é a reunião extraordinária da noite, que tratará do projeto do Deputado José Braga, que propõe novos critérios para a reorganização físico-territorial de nosso Estado. Esse projeto regulamenta a criação de distritos, o desmembramento de municípios e a criação de novos municípios em nosso Estado. Quero reiterar a minha manifestação de apoio à iniciativa do Deputado José Braga, na certeza de que a criação de novos municípios, obedecida a legislação, significa uma presença mais efetiva da administração pública junto ao cidadão do interior. A medida visa ainda colaborar para o fortalecimento da cidadania, resolvendo, da melhor maneira possível, os problemas sociais em áreas hoje compreendidas em distritos, na maioria das vezes desassistidos pelas prefeituras, que, certamente, não têm condições de atender às necessidades das populações conforme elas merecem.

Assim sendo, se a Assembléia Legislativa aprovar, neste exercício ainda, essa nova legislação, daremos um avanço muito grande para que o número de municípios de Minas seja ainda maior. Estaremos, portanto, também mais próximos do atendimento de um número maior de necessidades da nossa sofrida população do interior.

Gostaria também de manifestar a minha satisfação pela tramitação, dentro desta reunião ordinária, do Projeto de Lei Complementar nº 22/92, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. Trata-se de matéria que vem há muito tempo tramitando nesta Casa, recebendo o tratamento, o trabalho, a observação e a colaboração de inúmeros Deputados e da assessoria técnica da Assembléia. Considero-a também um avanço para a administração do Judiciário no nosso Estado, pois o que Minas está fazendo é, sem dúvida, fazer chegar a Justiça a um número maior de pessoas, com eficiência, agilidade, profissionalismo e democracia. Pois, não se aplicando a um número maior de habitantes, a justiça pode ser eficiente, pode ser competente, mas é insuficiente, o que, democraticamente, é um problema grave.

Portanto, esse projeto - que espero seja aprovado em 1º turno, com tranqüilidade - merece o meu apoio, meu entusiasmo e meu aplauso, particularmente, porque uma das emendas aprovadas pelas comissões que o estudaram contempla a cidade onde fui Prefeito, minha terra, Barroso, com a criação de uma nova comarca. Esse é um grande anseio da população da minha cidade e nesses momentos em que me preparo para despedir-me da Assembléia, sinto uma satisfação muito grande com a possibilidade da aprovação dessa matéria, porque dará à minha cidade o reconhecimento de um "status" - que, na verdade, ela já tem - pela expressão econômica, pelo tamanho de sua população e, principalmente, pela necessidade de um atendimento, na área da justiça, mais pronto, mais rápido e mais efetivo.

A comissão que propõe a matéria entende que o Município de Barroso atende a todos os requisitos necessários à constituição de uma comarca. Agradeço, portanto, aos meus colegas Deputados que estudaram a questão e que entenderam a minha proposta e as minhas explicações, a fim de dar ao Município de Barroso esse reconhecimento, transformando-o em comarca e aliviando, inclusive, a sobrecarregada Barbacena, que, há muito tempo, necessita esse desmembramento.

Encerro registrando a presença, entre nós, dos meus conterrâneos de Barroso, Vereador Natanael de Oliveira; o Sr. Secretário de Administração da Prefeitura, Dr. Lourenço; o advogado Dr. Paulo Roberto; o empresário Hugo Marques Ferreira e o Vereador Rubens Cardoso. Eles vieram aqui manifestar o apoio da Câmara Municipal, da Prefeitura Municipal e da classe dos advogados de Barroso à aprovação da criação da comarca de Barroso. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/1/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa n° 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções n°s 5.100, de 29/6/91, e 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa n° 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa n° 974, de 1993, assinou os seguintes atos:

exonerando Lygia Dutra Franco do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, do Grupo Específico de Apoio à Atividade Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado José Bonifácio;

exonerando Maria Goreti Moraes do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, do Grupo Específico de Apoio à Atividade Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado José Bonifácio;

nomeando Maria Goreti Moraes para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, do Grupo Específico de Apoio à Atividade Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado José Bonifácio;

nomeando Ciríaco Gomide Alvarenga para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, do Grupo Específico de Apoio à Atividade Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado José Bonifácio.

Nos termos da Deliberação da Mesa n° 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, e a Resolução n° 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

nomeando Antônio Roberto Lana Chaves para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Analista de Sistemas, padrão AL-28, nível I, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 15° (décimo quinto) lugar, na Área II - Desenvolvimento de Sistemas de Processamento de Dados, no concurso público para a classe de Analista de Sistemas.

AVISO DE LICITAÇÃO

Convite

Convite n° 306/94

Em 9/1/95 - Aditamento à OC 707/94 - Madeirense Móveis do Brasil Ltda. - Aquisição de 27 cadeiras fixas Padron - R\$1.348,11.

ERRATAS

N° 2.148/94

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 30/12/94, na pág. 112, col. 3, no primeiro parágrafo do parecer, na ementa e no art. 1° do projeto, onde se lê:

"Conselho de Defesa", leia-se:

"Conselho Popular de Defesa".

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI

N° 868/92

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/1/95, na pág. 31, col. 2, no art. 6° do projeto, onde se lê:

"do direito de licitação pública", leia-se:

"do direito de participar de licitação pública".
